RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Terca-Feira, 24 de Novembro de 2026

Degradação de florestas na Amazônia bate recorde mensal em setembro

AUMENTO DE 1.402%

Agência Brasil

A degradação florestal na Amazônia Legal atingiu 20.238 quilômetros quadrados (km²) em setembro de 2024, o que equivale a mais de 13 vezes a área da cidade de São Paulo.

O número representa um aumento de 1.402% em relação a setembro de 2023, quando a degradação detectada foi de 1.347 km². O instituto de pesquisa Imazon apontou que essa foi a maior área atingida - no período de um mês - pelo dano ambiental dos últimos 15 anos. Degradação ambiental é o processo de deterioração do meio ambiente, que pode ser causado por ações humanas ou naturais.

Os dados de desmatamento e degradação florestal na Amazônia, do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), são monitorados pelo Imazon por imagens de satélite desde 2008 e 2009, respectivamente.

O desmatamento corresponde à remoção completa da floresta, enquanto a degradação é um dano causado por queimadas ou pela extração madeireira - não remove toda a vegetação, mas destrói parte dela. A entidade ressalta que ambos ameaçam espécies da fauna e da flora.

“Setembro costuma ser um mês marcado pelo aumento dessas práticas na Amazônia, por estar dentro de um período mais seco. Porém, os números registrados em 2024 são muito mais elevados do que os vistos anteriormente. E a maioria dos alertas ocorreu devido à intensificação dos incêndios florestais”, disse, em nota, a pesquisadora Larissa Amorim, do Imazon.

Ela afirmou que esse pico da degradação é bastante preocupante e que rios importantes da Amazônia estão em situação crítica. O Imazon atribui o resultado do levantamento ao aumento das queimadas causadas pela ação humana e favorecidas pela seca severa na região.

Setembro deste ano foi ainda o quarto mês consecutivo com aumento nas áreas degradadas, o que contribuiu para que o acumulado desde janeiro também fosse o maior dos últimos 15 anos, atingindo 26.246 km². Antes disso, o recorde para o período era de 2022, quando a degradação alcançou 6.869 km².

Estado mais afetado

O estado do Pará concentrou 57% das áreas de florestas degradadas na Amazônia em setembro deste ano. A degradação passou de 196 km² em setembro de 2023 para 11.558 km² no mesmo mês de 2024, área quase 60 vezes maior. Sete dos 10 municípios que mais degradam a região amazônica são paraenses, incluindo São Félix do Xingu (3.966 km²), Ourilândia do Norte (1.547 km²) e Novo Progresso (1.301 km²).

Outros estados com percentuais significativos, segundo o Imazon, de áreas degradadas em setembro foram Mato Grosso (25%), Rondônia (10%), Amazonas (7%). A entidade destacou, também, a situação de Rondônia, onde a degradação passou de 50 km² em setembro de 2023 para 1.907 km² no mesmo mês de 2024, o que representa uma alta de 38 vezes.

“Historicamente, no período de setembro, Mato Grosso costumava liderar como o estado que mais degradava a Amazônia. Porém, em 2024, o Pará surpreendeu com números muito altos. Ainda em setembro, foi decretada situação de emergência e ficou proibido o uso de fogo, mas precisamos que essa decisão seja acompanhada de fiscalização e responsabilização dos culpados para que seja mais eficaz”, observou o coordenador do programa de Monitoramento da Amazônia, do Imazon, Carlos Souza Jr, em nota.

Além disso, o Pará concentra sete das 10 unidades de conservação mais degradadas no período. As quatro primeiras do ranking são Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, com 1030 km²; Flona do Jamanxim, com 670 km²; APA do Tapajós, com 165 km²; e Flona de Altamira, com 124 km².

Entre as terras indígenas, a Kayapó segue pelo segundo mês consecutivo como a mais degradada, com 3.438 km² afetados. O território concentrou 17% de toda a área com degradação na Amazônia em setembro.

“A permanência dessa terra indígena entre as dez com as maiores áreas degradadas é um forte indicativo de que as medidas para conter o fogo na Amazônia não estão sendo suficientes. A presença desse problema ambiental nas áreas indígenas e unidades de conservação ainda compromete diretamente a biodiversidade local, ameaçando tanto a fauna quanto a flora, e representa um impacto negativo no modo de vida, na subsistência e na saúde das populações tradicionais”, explicou Larissa.

Desmatamento

O desmatamento também cresceu na Amazônia em setembro deste ano e teve o quarto mês consecutivo com alta, após 14 meses corridos de redução de devastação na região. No mês, um território de 547 km² foi desmatado, o que significa a perda 1.823 campos de futebol por dia de floresta, destacou o Imazon. A área foi 0,2% maior do que em 2023, quando foram degradados 546 km².

No acumulado de janeiro a setembro, a área desmatada foi de 3.071 km², a oitava maior da série histórica.

A maioria do desmatamento, em setembro deste ano, ocorreu em áreas privadas ou sob diversos estágios de posse (61%). O restante do desmatamento foi registrado em Assentamentos (30%), Unidades de Conservação (7%) e Terras Indígenas (2%).

Dos nove estados que compõem a Amazônia Legal, três concentraram 83% de todo o desmatamento identificado em setembro. O Pará liderou com 52% do desmatamento, seguido pelo Amazonas (16%) e pelo Acre (15%). Sete dos dez municípios que mais desmataram são paraenses.

Assentamentos

O Pará reúne ainda sete dos dez assentamentos e sete das dez unidades de conservação com as maiores áreas desmatadas. Já entre as dez terras indígenas mais desmatadas, três estão integralmente no Pará e outras três têm parte da sua área no estado.

“No mês de setembro, o território paraense liderou o desmatamento destruindo uma área correspondente a 970 campos de futebol de floresta por dia. Todo esse impacto está refletido nos municípios, assentamentos, unidades de conservação e terras indígenas. Por isso, é urgente investir em ações eficazes e integradas que protejam a região, como o investimento nos órgãos ambientais de fiscalização”, disse Carlos Souza.

Ele avalia que, dessa forma, será possível combater as mudanças climáticas que são impulsionadas pela retirada de vegetação e oferecer uma maior proteção à biodiversidade e aos povos que habitam a floresta. Outro ponto de atenção, de acordo com os pesquisadores do instituto, é a busca de alternativas para reduzir os

impactos das queimadas que já ocorreram tanto na cobertura florestal quanto nas populações.